

## Uma análise crítica do direito à diferença

Ciladas da diferença.

PIERUCCI, Antônio Flávio.

São Paulo: 34, 1998. 222p.

Muito pouco se discutem os efeitos políticos e as conseqüências sociais de um determinado tipo de discurso, típico dos movimentos sociais de esquerda: o discurso do "direito à diferença". *Ciladas da diferença*, de Antônio Flávio Pierucci, é um livro que se presta a fomentar esse debate, e como o próprio título nos sugere, aponta os dilemas e os riscos de se eleger a atenção social à diferença como um princípio das lutas políticas.

Formalmente, o livro se divide em sete capítulos, distribuídos em duas partes, e resulta da compilação de artigos já publicados pelo autor em periódicos, conferências e capítulos de outros livros. Grande parte dos argumentos desenvolvidos por Pierucci tem o apoio de dados empíricos colhidos e analisados pelo autor em pesquisas anteriores, tendo como sujeitos pessoas pertencentes às camadas médias da cidade de São Paulo. A seguir, destaco os principais temas e teses em que o autor se detém, sem necessariamente seguir a ordem em que eles aparecem. Interessa mais, para os fins desta resenha, sublinhar a necessidade de analisarmos com maior cuidado o "discurso da diferença". Vale dizer, antes de tudo, que o autor não está questionando a diferença de fato, a condição singular de cada pessoa, mas a emergência de "novos" modos de se exigir o reconhecimento político e social da diferença.

O primeiro argumento desenvolvido por Pierucci é na verdade uma lembrança, encoberta pelo "charme" e pelo "fascínio" dos discursos de esquerda que afirmam o primado da diferença. Trata-se do fato de que a obsessão pela diferença é originalmente uma característica da direita política. É a direita que, historicamente, nega-se a aceitar o princípio de igualdade entre os seres humanos, justificando a desigualdade pelo fato "concreto" das diferenças entre os grupos coleti-

vos étnico-culturais. Assim, tudo o que parece inovador nos discursos da diferença é na verdade um retorno a uma velha pauta de princípios da direita. O próprio racismo está centrado na ênfase à diferença, no caso, rejeitando-a e a indicando como a fonte "natural" da desigualdade social. Em razão disso, Pierucci assinala a aproximação dos discursos de esquerda que enunciam o "direito à diferença" aos velhos argumentos da direita, pelo fato de ambos apoiarem a diferença em um dado natural e sensível: o corpo.

O contraste entre a direita e a esquerda em relação à diferença se realiza pelo fato de que, para a segunda, não há razão em se optar ou pela igualdade ou pela diferença. Supõe-se, inclusive, nos meios intelectualizados de esquerda, que a desigualdade nada tenha a ver com a diferença. Para Pierucci, é nesse ponto que reside o equívoco que constitui uma das "ciladas" da diferença: a crença de que a defesa da diferença possa se desvincular das relações de valor que fundamentam a desigualdade. A partir do antropólogo Luis Dumont, o autor demonstra que não há como enfatizar a diferença sem afirmar ao mesmo tempo uma distinção de valor. Por essa razão, anunciar a condição de "diferentes, mas iguais", ou de "igualdade na diferença" é correr o risco de eleger uma luta possível mais no discurso do que na realidade. Nesse sentido, a conclusão do autor é que anunciar o "direito à diferença" é uma postura mais coerente na direita do que na esquerda política.

Estranha Pierucci que certos movimentos identitários de esquerda tenham como mote a ênfase numa diferença sensível (cor da pele, sexo etc), através de discursos pautados em políticas do corpo que lembram o peso fornecido pela direita aos dados naturais. Para o autor, a esquerda sempre esteve mais próxima das lutas pela igualdade, que implicam uma postura de abstração das particularidades, enquanto a direita é que tem enfatizado os dados concretos oferecidos à esfera sensível. Se antes era a direita que exigia a manutenção de mecanismos de pertencimento dos sujeitos que valorizam dados naturais, agora é a esquerda que defende políticas do corpo que se utilizam dessas estratégias políticas.

Pierucci esforça-se em elucidar seus argumentos à luz da análise de acontecimentos de

nível internacional e que demonstram como podem se evidenciar as "ciladas da diferença". Um deles é a efervescência política e conceitual gerada no campo jurídico norte-americano através do caso Sears, onde duas posições opostas de diferentes vertentes do movimento feminista entraram em confronto, no intuito de verificar a presença de discriminação sexual nos processos de contratação de uma grande empresa varejista nos Estados Unidos. Entre a demanda política pela igualdade dos sexos e a emergência do discurso da "diferença" da experiência das mulheres, engendrou-se um debate histórico de repercussões até hoje discutidas.

Cumpre destacar que uma das autoras feministas enquadradas por Pierucci como representante do "discurso da diferença" é a historiadora Joan W. Scott. Essa autora, analisando os dilemas do feminismo a partir do caso Sears sob a ótica pós-estruturalista, desconstrói o pensamento dicotômico que opõe a igualdade à diferença.<sup>1</sup> Para ela, tais aspectos, no contexto das relações de gênero, estão em uma relação de interdependência onde "a igualdade não é a eliminação da diferença, e a diferença não exclui a igualdade" (Ibid. p. 209). Embora aponte os riscos que a ênfase na diferença incorre, como o da naturalização dessa condição, Scott propõe que não se perca o poder analítico dessa categoria. Seu argumento aponta a relevância de se insistir no caminho da diferença como a principal forma de se superar o absolutismo do masculino. Na análise de Scott, o reconhecimento da diferença e o resgate das "experiências das mulheres" são estratégias políticas necessárias ao movimento feminista.

Pierucci se contrapõe ao ponto de vista da autora, mostrando ser difícil ir a fundo na lógica diferencialista sem incorrer em algum modo de discriminação. A tentativa de conciliar a luta pela igualdade com a defesa do "direito à diferença", para o autor, ignora a impossibilidade de se separar a diferença dos atributos sociais de valor. Nesse sentido, aprofundar esse debate inclui considerar que "o jogo político é também uma guerra semântica" (p. 43).

É na tese da produtividade da diferença que o autor sofisticou sua análise, mostrando o quanto a diferença se destina a gerar mais diferença. O discurso do direito à diferença tem como pauta principal a contraposição ao princípio universalista moderno, defendendo que a condição específica de alguns sujeitos não está contemplada nesse âmbito social e político. É o caso do movimento

feminista de "segunda onda", nos termos do autor, cuja ênfase na não adequação dos "direitos humanos" à condição da mulher resulta por exigir o "direito à diferença". Afirmando que os sujeitos são sexualmente engendrados, essa vertente do movimento feminista aponta a inexistência do sujeito abstrato dos direitos humanos e a necessidade de se incluir a "diferença" das mulheres nesse contexto. É nesse ponto que se produz a grande "cilada da diferença" proposta por Pierucci, instalando-se um dilema entre abstrato/universal e concreto/particular. Esse discurso, ao se desvincular do compromisso com a abstração das particularidades, assume a demanda pelo reconhecimento e pela valorização de novas diferenças que atravessam seu caminho. No exemplo de Pierucci, tão logo se observou a diferença das mulheres, emergiram as "diferenças de dentro": as mulheres não-brancas passaram a exigir que se contemplasse sua diferença, não mais de gênero, mas de etnia. O argumento permanece o mesmo: a noção de "mulher universal" é criticada como mera abstração, válida apenas para as mulheres brancas. É próprio da diferença, portanto, abrir demandas pelo aparecimento de outras diferenças, sempre pautadas no que é no fundo um dado natural e visível. O aspecto irônico de todo esse processo, para o autor, traduz-se no fato de que são esses mesmos discursos os primeiros a se contraporem a todo tipo de essencialismo.

No apogeu da produção da diferença Pierucci identifica as perspectivas que se anunciam como "multiculturalistas", tão comentadas no meio acadêmico atual. Junto com as críticas pós-modernas ao sujeito universal, afirma-se cada vez mais o primado da diferença, onde as "múltiplas etnicidades", as "múltiplas culturas", são categorias de análise que caracterizam todo o processo gerado pela valorização da diferença no mundo contemporâneo. O autor resume esse processo dizendo que se trata do desdobramento da igualdade na diferença e desta última nas diferenças presentes em todo tipo de "múltiplos" que se defende nas teorias pós-modernas. Por isso, diz Pierucci, "a diferença jamais é uma só, mas sempre já-plural, sempre sobrando, muitas; sem unidade e sem união alguma possível" (p. 150).

Pierucci não se arrisca tão explicitamente a apontar algum caminho, mas dá indícios de que um modo de superarmos os dilemas da diferença é reconstruir o "geral", sem essencializar as diferenças. Reconhece o autor que, a despeito de seus efeitos perversos, o discurso da diferença tem

---

produzido interessantes formas de emancipação humana. No entanto, ao denunciar os labirintos que construímos pela ênfase na diferença, alertamos contra as ciladas que podemos eventualmente cair sem considerar as implicações dos lemas que embandeiramos.

<sup>1</sup> SCOTT, Joan. W. "Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista." *Debate Feminista (Cidadania e Feminismo)*, nº especial, 2000, p. 203-222.

ADRIANO HENRIQUE NUERNBERG ■

## Para a re-inscrição das estórias do gênero no romance português contemporâneo

Gênero e história no romance português contemporâneo: novos sujeitos na cena contemporânea

SCHMIDT, Simone Pereira.

Porto Alegre: PUC/RS, 2000. 215p.

---

É curioso que num país em que se publicou, a princípios dos anos setenta, o modelo pioneiro de escrita feminista, intitulado *Novas Cartas Portuguesas*, ainda se registre uma quase completa ausência de uma crítica literária voltada para a luta por uma sociedade mais justa que vem a ser, em termos latos, o feminismo. E feminismo, no singular, apesar de todas as variações e tensões que o caracterizam nas últimas três décadas, e que o texto híbrido das famosas três Marias já dramatiza. Sem querer privilegiar um ponto de vista qualquer, não imiscuído nas peias discursivas e institucionais que em Portugal têm impedido mais do que uma ou outra expressão isolada de crítica acadêmica feminista, é evidente que só à distância tem sido factível levar a cabo esse labor de forma assumida e sistemática. É isso o que nos sugere o recente livro da investigadora brasileira Simone Pereira Schmidt, *Gênero e história no romance português: novos sujeitos na cena contemporânea*, um olhar tão distanciado quanto empático e específico sobre a emergência do sujeito feminino, ou melhor, feminista, na produção ficcional portuguesa na segunda metade do século XX.

Diferentemente de estudos temáticos centrados tão só em romances de autoria feminina ou masculina, o trabalho de Simone Pereira Schmidt põe em movimento uma complexidade de perspectivas, não só ao nível de teorização como também de análise e de ilações histórico-literárias, confrontando textos de homens e mulheres dos anos cinqüenta e dos anos oitenta. O resultado não é simplesmente "uma leitura", outra mais, de textos particulares. É antes um exemplo da pluralidade de preocupações, e por conseguinte de enfoques, que a teoria crítica feminista elaborada a partir do anti-fundacionalismo pós-moderno traz à crítica literária, que equivale também a dizer à interpretação de processos históricos e culturais, neste caso portugueses. Estamos perante uma práxis feminista interdisciplinar guiada pelo objetivo de trazer para o centro dos estudos literários uma reflexão atuante em torno da política do gênero que lhes é inerente de forma profunda e difusa, mas não imutável. Daí (também) a importância de não valorizar enunciados ou figurações femininos ou masculinos, colocando-os em diálogo crítico ou, para usar o conceito bakhtiniano que engloba a metodologia do presente estudo, um "cruzamento" de vozes, de ideologemas, de tempos, espaços e locais de enunciação. O que oferece não poucas surpresas, se não à teoria crítica feminista *per se*, certamente ao entendimento de como o romance português contemporâneo é *locus* de codificação, transformação e reinvenção de identidades convencionais do gênero.

*Gênero e história no romance português contemporâneo* surpreende primeiro pelo rigor da problematização teórica que a autora elabora de antemão, e à luz da qual vai cerzindo posterior-